



**ACÓRDÃO Nº995/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11555/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Lúcio Flávio do Rosário (Ordenador de Despesa), Lissandro Breval Santiago (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6151/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. Exercício de 2017.

*Revelia. Regularidade com ressalvas. Quitação. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o **Sr. Lissandro Breval Santiago**, Diretor Presidente da ADS, no período de 01/01 a 31/10/2017, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, com fulcro nos art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 88 da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS, exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Lissandro Breval Santiago**, no período de 01/01 a 31/10/2017 e do **Sr. Lúcio Flávio do Rosário**, no período de 01/11 a 31/12/2017, na condição de Ordenadores de Despesas, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Dar quitação** ao **Sr. Lúcio Flávio do Rosário**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.4. **Aplicar Multa** ao **Sr. Lissandro Breval Santiago** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), relativamente às restrições não sanadas 5, 6, 7.1, 7.2 e 7.3 constantes no Relatório Conclusivo nº 9/2019-DICAÍ/CI,



**ACÓRDÃO Nº995/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

listadas no corpo do Voto, nos termos do art. 308, VII, da Resolução 04/2002-TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Determinar** à atual gestão da **Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS** que cumpra as normas aplicáveis à gestão pública a fim de evitar as falhas cometidas, observando notadamente os seguintes pontos, sob pena de multa:

**10.5.1.** Exija o cumprimento do dever constitucional (artigos 70 e 37 da CF/88 c/c art. 39 da CE/89) referente ao exercício do Controle Interno por parte da Controladoria Geral do Estado - **CGE**, bem como forneça as ferramentas necessárias para tornar viável o exercício do Controle Interno no âmbito de suas atividades;

**10.5.2.** Tome providências para proceder a regularização contábil dos valores constantes no Balanço Patrimonial;

**10.5.3.** Realize a divulgação de informações, como instrumento de transparência da gestão fiscal por meio eletrônico de acesso público, em atenção ao art. 48, parágrafo único, II e III e art. 48-A, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009;

- 10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

**11- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Outubro de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



**ACÓRDÃO Nº995/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral